

1922, reunia-se, em Niterói, o I Congresso do Partido Comunista. Era o ano em que transitava no Congresso a chamada Lei Adolfo Gordo, limitando, entre outras coisas, a liberdade de imprensa. Lima Barreto criticou-a duramente, na *Careta* de 5 de agosto. Apesar de todas as dificuldades, quase intransponíveis naquela fase, circulou, no Rio, em 1922, durando até julho de 1923, o mensário *Movimento Comunista*. Seu número 7, de junho de 1922, noticiava o Congresso de que resultou a fundação do Partido Comunista e realizado entre 25 e 27 de março, com nove delegados, representando 73 membros. Mas o primeiro órgão desse partido seria, entretanto, *A Classe Operária*, que começou a circular a 1º de maio de 1925, com tiragem de 5000 exemplares, logo elevada. Em seu número 12, foi proibida de circular; reapareceu em 1928; em meados de 1929, a redação foi invadida e depredada, como numerosos sindicatos. Daí por diante, e durante quinze anos, a luta para mantê-la foi terrível: tipografias foram empasteladas pela polícia, às dezenas; gráficos e redatores, às dezenas, foram presos, torturados, mortos; o jornal reaparecia sempre, sob aspectos gráficos os mais variados, em consequência da repressão e da clandestinidade⁽²⁴⁶⁾. De 3 de janeiro de 1926 a 11 de agosto de 1927, no Rio, circulou o jornal comunista *A Nação*, dirigido por Leônidas de Rezende, orientando a campanha do Bloco Operário e Camponês que, nas eleições de 24 de fevereiro de 1927, alcançou excelente resultado. Havia circunstância favorável, com a suspensão do estado de sítio, a 31 de dezembro de 1926. O jornal suspendeu a circulação, com a vigência da *lei celerada*, em agosto de 1927⁽²⁴⁷⁾.

Na segunda quinzena de dezembro de 1927, ocorreu o encontro, em Puerto Suarez, na Bolívia, entre Astrojildo Pereira, representante do Partido Comunista, e Luís Carlos Prestes, chefe do movimento tenentista, ali internado, com os elementos de sua coluna, desde o ano anterior, e de que resultaria a adesão de Prestes ao comunismo. Desse contato, trouxe Astro-

(246) *A Classe Operária* ressurgiu como legal, em 1946, após o fim da Segunda Guerra Mundial, apresentando-se, então, como dos mais bem feitos jornais do país, com inovações gráficas que surpreenderam a imprensa da época.

(247) "O arrocho policial, embora sem estado de sítio, prosseguiu tenaz. Havia, contudo, parcimoniosa liberdade de imprensa e de tribuna. Foi bem aproveitada, naqueles anos de 27, 28 e 29 para a reorganização dos quadros sindicais, muito facilitada pelo reaparecimento de um diário da tarde, denominado *A Nação*, fundado e dirigido, antes (1912) por Maurício de Lacerda e Leônidas de Rezende, e, nesta segunda fase, pelo último, que levou a cabo campanhas de grande repercussão e contribuiu poderosamente para o desenvolvimento do espírito associativo dos trabalhadores, não só do Rio de Janeiro e Niterói como de Minas Gerais, S. Paulo, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia". (Everardo Dias: op. cit., pág. 152). Verifica-se, desse conjunto de fatos, como as classes dominantes encaravam o problema da liberdade de imprensa: os órgãos proletários eram sempre depredados. . . pela polícia.